

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E TREZE

-----Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e treze, pelas vinte horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----
- 2. Expropriação de terrenos para a zona Industrial de Porto de Mós – Pedido de declaração pública e posse administrativa – Lei 168/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 56/2008 de 4 de setembro;-----
- 3. Correção do mapa das contas de ordem da prestação de contas do ano de 2012;-----
- 4. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos;-----
- 5. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Ana Maria Martins Narciso (PSD), Benvinda da Silva Cláudio Januário (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD/Falta Justificada, tendo-se feito substituir pelo Secretário da Junta de Freguesia Hélder Costa), Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD/ falta justificada, tendo-se feito substituir pelo Secretário da Junta de Freguesia Ernesto Norberto da Trindade); José Gomes dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro (PSD); Manuel Correia Vala (PSD); Olga Cristina Fino Silvestre (PSD); Virgílio Vieira Casimiro (PSD); Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS, que se fez substituir pelo Secretário da Junta de Freguesia Paulo Carreira).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Anabela Martins, Rita Cerejo, Luís Manuel Coelho de Almeida e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo pedidos de intervenção, passou então a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com duas abstenções**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontra disponível para os membros que desejarem a sua consulta.-----

-----Continuou justificando a sua ausência nos bastantes eventos que tiveram lugar no concelho neste hiato de tempo e que foram organizados tanto pela Câmara Municipal bem como pelas Juntas de Freguesia, e que isso de deveu não a arrogância mas ao facto de não ter querido aderir a qualquer ação que pudesse, eventualmente, vir a ser considerada de campanha eleitoral. Disse ainda desejar que todo este processo se passe com a máxima elevação para que os portomosenses se possam rever nos seus políticos como exemplos de absoluto civismo.-----

-----Passou depois a dar conta das respostas obtidas, relativamente ao envio do aditamento à moção sobre o Campo Militar de S. Jorge a todas as entidades a quem foi enviada a moção original, referindo que apenas recebeu resposta de Sua Alteza o Senhor Dom Duarte de Bragança, o que muito o honra, passando a ler a missiva que a seguir se transcreve:-----

-----*Meu Caro Dr. Mário Vieira Pragosa,*-----

-----*Agradeço muito sinceramente a sua amável comunicação e faço votos de que, com bom senso de todas as partes, se consiga encontrar uma solução justa que salvaguarde os legítimos direitos da população, não esquecendo a imensa importância histórica nacional da batalha.*-----

-----*Despeço-me com os meus cumprimentos, (assinatura).*-----

-----Continuou depois dizendo que a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral também mandou uma nota para o Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós, sendo o assunto:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

"IMI – Breve Análise", documento que passou a ler e que a seguir se transcreve:-----

-----"Decorrente da Moção aprovada pela Assembleia da CIMPL em 08.05.2013, o Conselho Executivo desta Comunidade procedeu internamente à elaboração de uma análise da situação do IMI no seu território, nomeadamente no que se refere às situações que ocorrem nos limites dos concelhos associados.-----

-----Neste contexto, junto enviamos para conhecimento o documento produzido acima referido."-----

-----Por se tratar de um documento técnico, bastante extenso foram fornecidas cópias do mesmo a todos os membros da Assembleia Municipal, para melhor análise.-----

-----Disse depois que o terceiro assunto que queria trazer para esta Assembleia requeria um esclarecimento prévio, passando a dizer que na primeira assembleia a que presidiu em dezembro de 2009, houve uma discussão sobre o quartel dos bombeiros. Na sequência disso, a direção dos bombeiros interpelou-o inquirindo da sua disponibilidade para uma reunião com a associação, tendo essa reunião acontecido em janeiro de 2010. Continuou dizendo que o que se pretendia com essa reunião era ultrapassar alguns mal-entendidos que haviam tido com a Câmara e se reatassem as negociações, servindo ele, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, de mediador. Tendo dessa reunião dado conhecimento ao senhor Presidente da Câmara, disse saber que na sequência desse encontro houve conversações entre a Direção dos Bombeiros e a Câmara. Continuou dizendo que soube por familiares seus, que os bombeiros estariam interessados num terreno que pertence àqueles. Não tendo nunca abordado esse assunto nem com a Câmara nem com os bombeiros, disse ainda que recebeu esta semana um ofício dos Bombeiros Voluntários de Porto de Mós dando-lhe conhecimento do teor ofício que foi remetido à Câmara Municipal em 13.09.2013, que passou a ler e que a seguir se transcreve:-----

-----"Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós:-
-----Como é do conhecimento de V. Ex^a., verificou-se o impedimento de afetação do terreno da várzea para construção do novo Quartel, indicado por esta Direção no ofício nº 18 de 08.04.2013.-----

-----Face a essa realidade, ocorreu uma reunião com V. Ex^a., onde se apresentou nova localização para o mesmo equipamento, terreno de 11 000m², sito em ribeira de Cima e propriedade de António Vieira Pragosa, Manuel Vieira Pragosa e Jaime Pragosa Carreira. Dessa reunião resultou a análise do espaço e limitações da Área de implementação e questões relativas à REN e RAN.-----

-----Após tal reunião, não se verificaram quaisquer outras informações que pudessem dar concretização às negociações com os proprietários.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Desejamos e necessitamos de clarificar todas as questões legais para a possibilidade de no terreno em causa poder construir-se o quartel. Por outro lado, assumimos perante os proprietários que até ao final de 2013 o assunto ficaria concluído, com a decisão de compra ou abandono da negociação para libertar os proprietários que até ao final de 2013 o assunto ficaria concluído, com a decisão de compra ou abandono da negociação para libertar os proprietários para outras soluções ao seu património.-----

-----Atendendo ao fim do mandato autárquico e que haverá uma Assembleia Municipal antes desse final, gostaríamos que a Câmara Municipal pudesse ainda dar um impulso importante ao definir as suas possibilidades no apoio a tal pretensão, nomeadamente com uma clara aprovação e apoio da própria Assembleia Municipal.-----

-----Aguardando pela v/ resposta, somos, com os melhores cumprimentos, (O Presidente da Direção, António Pereira Carvalho).-----

-----Referiu ainda o senhor Presidente da Assembleia que veio anexado um documento suporte de fundamentação do projeto, que passou a ler:-----

-----“Capítulo 02.01:-----

-----As atuais instalações do quartel encontram-se estruturalmente incapazes, nas áreas seguintes: parque de viatura reduzido e com obstáculos internos (pilares) que provocam enorme desgaste no estacionamento, obrigando a manobras de 3 ou 4 viaturas, para a saída apenas de uma.-----

-----Não tem qualquer possibilidade de aumento de área, visto estar rodeado de edifícios comerciais de serviços e habitação.-----

-----Não tem saídas de emergência (entrada na estrada principal) e o perigo rodoviário é sempre uma constante.-----

-----Capítulo 02.02:-----

-----O número de sócios inscritos é 2859, sendo distribuídos pelas 9 freguesias da nossa área de intervenção, no total de 13 do concelho.-----

-----O crescimento de associados tem um potencial elevado, tendo em conta que é notória a necessidade de promover junto da juventude a nossa mensagem associativa (Partilha/Dávida).-----

-----Capítulo 02.03:-----

-----A necessidade de um novo quartel é vital para aumentar a capacidade e qualidade operativa, quer na segurança de bombeiros, quer para a população em geral.-----

-----O espaço de implantação previsto permitirá ainda desenvolver ações de formação inovadora dos bombeiros, tanto física como literária e ainda a criação de uma área de formação externa que pretendemos implementar no aproveitamento da área REN e RAN, afetas ao terreno.--

-----Estas ações de formação externa serão na área ambiental, com protocolos com o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agrupamento de escolas de Porto de Mós e outra na produção agrícola de legumes e vegetais, como forma ativa de promover parcerias com outras associações do concelho, para satisfação alimentar destas associações.-----

-----Capítulo 02.04:-----

-----A malha industrial e produtiva do concelho encontra-se instalada na sua maioria nas freguesias de Calvaria de Cima/Pedreiras, Serro Ventoso e Arrimal e na zona industrial da Amarela.--

-----Os apoios para ancorar este projeto terão que ser implementados nas empresas das áreas de empresa metalúrgica, extração industrial de rochas (pavimentos e construção civil e cerâmica).-

-----Serão alvos desta cooperação institucional as empresas mecenas, entre as quais destacamos: Blocotelha, Lda.; Marfilpe SA; Construções Pragosa SA; Margon SA; Sirplaste SA.-----

-----Capítulo 02.05:-----

-----O novo quartel terá dois espaços inovadores: um destinado à parte lúdica e formativa e outro destinado à formação cívica e inserção social, protocolando ambos os espaços com a Escola Secundária de Porto de Mós, para os exercícios práticos de emergência dentro do recinto da escola e aulas práticas na área da de proteção civil e emergência, sendo o formador ou formadores o Comandante ou Bombeiros especializados na área.-----

-----No espaço cívico/inserção social, pretende-se efetuar parcerias com as autarquias locais (Juntas de Freguesia e Câmara Municipal) com base no apoio formativo nas áreas de gestão orçamental familiar; promoção de iniciativas económicas – ALE (ações local de emprego); atividades de serviços diversos, tais como: reparações domésticas, jardinagem, manutenção de espaços públicos e ações no apoio social.-----

-----Capítulo 02.06:-----

-----Junta-se certidão de registo predial.-----

-----Capítulo 02.07: -----

-----Junta-se caderneta predial do prédio rustico.-----

----- Capítulo 03.01: -----

-----Resenha histórica: O início de industrialização do concelho e as questões de saúde pública e emergência, fizeram nascer a ideia da criação de um corpo de bombeiros. Embora com diversos desentendimentos entre as pessoas promotoras da iniciativa e a Câmara Municipal, a primeira reunião (de constituição e escolha da primeira direção) foi realizada nas instalações da própria Câmara Municipal.-----

-----Sem instalações próprias ao longo de anos a associação viveu em mudanças nem sempre harmoniosas, mas manteve sempre o seu grande desenvolvimento humano, social e patrimonial.---

-----Na área operacional o combate a incêndios foi e pensamos ainda em ser, a nível distrital, um dos corpos de bombeiros mais reconhecido a nível técnico, audácia e empenho.-----

-----Da sua matriz inicial, foi desmembrado duas vezes: Criação de 2 novos corpos de bombeiros do concelho (Mira de Aire e Juncal), mas mantendo sempre o seu nível operacional."-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou dizendo que não iria comentar mas que queria deixar aqui uma palavra de apreço a todas as corporações de bombeiros do concelho, que durante todo o verão estiveram empenhados numa luta sem tréguas, espalhados por todo o país, e congratular-se por todos terem voltado aos quartéis, sãos e salvos.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou depois a receber inscrições para os membros da assembleia que quisessem intervir.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Começou por dizer que, e sendo esta a ultima sessão desta assembleia neste mandato, continuam a existir os mesmos problemas que existiam no início do mandato e que não foram resolvidos, nomeadamente no que se refere ao estado das estradas na freguesia de São Bento.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Dirigindo-se a todos a Assembleia Municipal passou a ler a intervenção que a seguir se transcreve:-----

-----“*Senhor Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Caras e Caros Munícipes:*-----

-----*A minha intervenção de hoje, nesta Assembleia Municipal prende-se com uma tentativa de balanço deste mandato que agora chega ao fim, de uma certa reflexão sobre a instituição – Assembleia Municipal e com uma preocupação de cidadania para com os meus concidadãos do Concelho de Porto Mós, da Região e em última instância dos cidadãos em geral de modo a que haja de facto uma reflexão profunda neste Concelho acerca deste órgão Autárquico, que deveria ter mais visibilidade e credibilidade junto dos Munícipes.*-----

-----*As palavras não mudam a realidade. Mas ajudam-nos a pensar, a conversar, a tomar consciência. E a consciência, essa sim, pode mudar a realidade.*-----

-----*As minhas primeiras palavras são, por inteiro, para os Portomosenses que vivem situações de dificuldade e de pobreza, de desemprego, que vivem hoje pior do que viviam ontem.*-----

-----*É neles que penso neste final de quadriénio enquanto Deputado Municipal.*-----

-----*Quero aqui citar José Gomes Ferreira, “A regra de ouro de qualquer contrato social é a*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defesa dos mais desprotegidos. Penso nos outros, logo existo. É o compromisso com os outros, com o bem de todos, que nos torna humanos.”-----

-----A região do Pinhal Litoral onde está inserido o Concelho de Porto de Mós, como aliás um pouco por todo o País, conseguiu sair de um longo ciclo de pobreza, marcado pelo atraso e pela sobrevivência. Quando pensávamos que este passado não voltaria mais, eis que a pobreza regressa, agora, sem as redes das sociedades tradicionais.-----

-----Começa a haver demasiados “portugais” dentro de Portugal. Começa a haver demasiadas desigualdades. E uma sociedade fragmentada é facilmente vencida pelo medo e pela radicalização. -----

-----Façamos um armistício connosco, com o Concelho com a Região e com o País. Mas não façamos, uma vez mais, o erro de pensar que a tempestade é passageira e que logo virá a bonança. Não virá. Tudo está a mudar à nossa volta. E nós também.-----

-----Afinal, a História ainda não tinha acabado. Precisamos de ideias novas que nos deem um horizonte de futuro. Precisamos de alternativas. Há sempre alternativas.-----

-----A arrogância do pensamento inevitável é o contrário da liberdade. E nestes estranhos dias, duros e difíceis, podemos prescindir de tudo, mas não podemos prescindir nem da Liberdade nem do Futuro.-----

-----O futuro, caríssimos colegas Deputados Municipais, está no reforço da sociedade e na valorização do conhecimento, está numa sociedade que se organiza com base no conhecimento. Lembrando Miguel Torga - Há a liberdade de falar e há a liberdade de viver, mas esta só existe quando se dá às pessoas a sua irreversível dignidade social.-----

-----Gostaria de recordar o célebre discurso de Franklin D. Roosevelt, proferido num tempo ainda mais difícil do que o nosso, em 1941. A democracia funda-se em coisas básicas e simples: igualdade de oportunidades; emprego para os que podem trabalhar; segurança para os que dela necessitam; fim dos privilégios para poucos; preservação das liberdades para todos.-----

-----Numa situação de guerra, Roosevelt sabia que os sacrifícios têm de basear-se numa forte consciência do social, do interesse coletivo, uma consciência que fomos perdendo na vertigem do económico; pior ainda, que fomos perdendo para interesses e grupos, sem controlo, que concentram a riqueza no mundo e tomam decisões à margem de qualquer princípio ético ou democrático. É uma “realidade inaceitável”.-----

-----Em mar de águas revoltas, é preciso manter o rumo, ter a sabedoria de separar o acessório do fundamental. A Europa não é uma opção, é a nossa condição. Uma Europa com uma nova divisa: liberdade, diversidade, solidariedade.-----

-----Recorrendo a Manuel Laranjeira - A Europa é o nosso futuro, mas não nos iludamos. Ou nos salvamos a nós, ou ninguém nos salva. Falemos, pois, de Portugal e dos portugueses.-----

-----Diz-nos a este propósito Teixeira de Pascoaes - Pelo Tejo fomos para o mundo... mas quantas vezes estivemos ausentes dentro de nós? Preferimos a Índia remota, incerta, além dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mares, ao bocado de terra em que nascemos.-----

-----A Terra ou o Mar? Portugal ou o Mundo? A pergunta foi feita por todos aqueles que pensaram Portugal.-----

-----No final do século XIX, um homem da Geração de 70, Alberto Sampaio, explica que as nossas faculdades se atrofiaram para tudo que não fosse viajar e mercadejar. Nunca nos preocupámos com a agricultura, nem com a indústria, nem com a ciência, nem com as belas-artes. As riquezas que fomos tendo "mal aportavam, escoavam-se rapidamente, porque faltava uma indústria que as fixasse", e o património da comunidade, esse, "em vez de enriquecer, empobrecia".-----

-----Nos momentos de prosperidade não tratámos das duas questões fundamentais: o trabalho e o ensino. Nos momentos de crise é tarde: fundas economias na administração aumentariam os desempregados, e para a reorganização do trabalho falta o capital; falta o tempo, porque a fome bate à porta do pobre. Então a emigração é o único expediente: silenciosa e resignadamente cada um vai partindo, sem talvez uma palavra de amargura.-----

-----Este texto foi escrito há 120 anos. O meu discurso poderia acabar aqui. Em silêncio.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós, meu caro Dr. Mário Pragosa, É esta fragilidade endémica que devemos superar. O heroísmo a que somos chamados é, hoje, o heroísmo das coisas básicas e simples – oportunidades, emprego, segurança, liberdade. O heroísmo de um Concelho, Região ou país normal, assente no trabalho e no ensino.-----

-----Parece pouco, mas é muito, o muito que nos tem faltado ao longo da história.-----

-----Porque Portugal tem um problema de organização dentro de si: - Num sistema político cada vez mais bloqueado; - Numa sociedade com instituições enfraquecidas, sem independência, tomadas por uma burocracia e por uma promiscuidade que são fonte de corrupção e desperdício; - Numa economia frágil e sem uma verdadeira cultura empresarial.-----

-----Estão a surgir, é certo, sinais de uma capacidade de adaptação e de resposta, de baixo para cima. Precisamos de transformar estes movimentos numa ação sobre o país, numa ação de reinvenção e de reforço da sociedade.-----

-----Chegou o tempo de dar um rumo novo à nossa história.-----

-----Portugal tem de se organizar dentro de si, não para se fechar, mas para se abrir, para alcançar uma presença forte fora de si.-----

-----Não conseguiremos ser alguém na Europa e no mundo, se formos ninguém em nós.-----

-----Não é por sermos um país pequeno, que devem ser pequenas as nossas ambições. O tamanho não conta; o que conta, e muito, é o conhecimento e a ciência.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia:-----

-----Em Lisboa, na célebre Conferência do Casino (1871), Antero disse o essencial: A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência: foi sobretudo pela falta de ciência que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nós descemos, que nos degradámos, que nos anulámos.-----

-----Antero tinha razão e o século XX ainda mais razão lhe veio dar. O drama de Portugal, do nosso atraso e da nossa dependência, tem sido sempre o afastamento de sociedades que evoluíram graças ao conhecimento e à ciência.-----

-----Nas últimas décadas, realizámos um esforço notável no campo da educação (da escola pública), das universidades e da ciência.-----

-----Pela primeira vez na nossa história, começamos a ter a base necessária para um novo modelo de desenvolvimento, para um novo modelo de organização da sociedade.-----

-----É uma base necessária, mas não é ainda uma base suficiente.-----

-----Existe conhecimento. Existe ciência. Existe tecnologia. Mas não estamos a conseguir aproveitar este potencial para reorganizar a nossa estrutura social e produtiva, para transformar as nossas instituições e empresas, para integrar uma geração qualificada que, assim, se vê empurrada para a precariedade e para o desemprego.-----

-----É este o nosso problema: a ligação entre a universidade e a sociedade. É esta a questão central da Região e do país: uma organização da sociedade com base na valorização do conhecimento.-----

-----Insisto. Apesar de todos os contratempos, Portugal tem hoje uma capacidade instalada, nas universidades e na ciência, que nos permite sair de uma posição menor, periférica, e superar o fosso tecnológico que se cavou entre nós e a Europa.-----

-----Não temos tempo para hesitações. A escola Pública e as universidades vivem de liberdade, precisam de ser livres para estarem à altura do que a sociedade lhes pede.-----

-----É por aqui que passa o nosso futuro, pela forma como conseguirmos ligar as escolas Básicas, secundárias e as universidades e a sociedade, pela forma como conseguirmos que o conhecimento esteja ao serviço da transformação das nossas instituições e das nossas empresas.

É por aqui que passa o nosso futuro, um outro futuro para o Concelho de Porto de Mós, para Região do Pinhal Litoral, enfim, para Portugal.-----

-----Caras e Caros Múncipes Portomosenses:-----

-----Também Porto de Mós se está a transformar graças à criação, à energia da cultura da ciência e da solidariedade graças aos esforços não só das nossas Autarquias, Autarcas em geral, como também das nossas empresas e da garra firme que caracteriza todo o Portomosense.-----

-----Porto de Mós, Vila Forte é também cantada pelo príncipe dos poetas Portugueses – “Vês este que, saindo da cilada, dá sobre o rei que cerca a Vila Forte? Já o rei tem preso, e a Vila descercada: Ilustre feito, digno de Mavorte! Vê-lo cá vai pintando nessa armada, no mar também aos Mouros dando a morte, Tomando-lhe as galés, levando a gloria da primeira marítima vitória – É Dom Fuas Roupinho...” . Em abril, a poesia esteve na rua e fez-nos emergir da noite e do silêncio. A poesia volta sempre à rua, através desta língua que é a nossa mátria, desta língua que nos permite estar connosco e com os outros, nas comunidades que nos multiplicaram pelo mundo e nos países

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que são parte de nós.-----

-----26 anos depois, não esqueço José Afonso: Enquanto há força, cantai rapazes, dançai raparigas, seremos muitos, seremos alguém, cantai também.-----

-----Cantemos todos. Por um Concelho Solidário, por uma Região Solidária, por um País Solidário. Por um País que assegura o direito às coisas básicas e simples. Por um Concelho, por uma Região, por um País que se transforma a partir do conhecimento da ciência e da inovação.-----

-----Não podemos ser ingénuos. Mas denunciar as ingenuidades não significa pôr de lado as ilusões, não significa renunciar à busca de um país liberto, de uma vida limpa e de um tempo justo.-

-----Caro Presidente Dr. Mário Pragosa:-----

-----Por outro lado, têm surgido escritos no jornal – o Portomosense e em blogues; dando conta do baixo nível de produção da assembleia municipal de Porto de Mós. É um problema interessante e não me espanta nada que escrevam sobre isso. É uma reflexão importante e ainda bem que alguém lançou a discussão. Tenho obviamente uma visão comprometida sobre o assunto, pois faço parte desta Assembleia Municipal, mas assim também posso falar com conhecimento de causa. Tenho olhado para a assembleia como uma espécie de parlamento, onde os deputados municipais fiscalizam o governo municipal e um espaço de debate dos problemas do concelho, aberto também à participação dos munícipes. É também um órgão autárquico, onde as forças políticas minoritárias têm tido alguma representação e visibilidade política. Não sou, por isso, contra a sua existência e acho que é um órgão importante pela nobreza e representatividade que tem. ---

-----No entanto e essencialmente, as competências das assembleias municipais passam por fiscalizar a atividade da câmara e dos serviços municipais, pela aprovação dos planos de atividades e dos orçamentos e balanços de contas, assim como o estabelecimento de taxas, posturas e regulamentos. -----

----- É óbvio que estas competências são importantes, mas se existisse uma verdadeira reforma da lei das autarquias, as assembleias podiam ter outras competências mais abrangentes e de maior relevância. Convém lembrar que os poderes das assembleias municipais são relativamente limitados e os deputados não estão a tempo inteiro. É claro que isto não é desculpa, e as assembleias municipais deviam discutir mais os problemas quotidianos e estarem atentas ao que se passa à sua volta. E este é um problema que não é só de Porto de Mós, embora Porto de Mós até não seja um mau exemplo, pois ao longo destes 4 anos conseguiu-se discutir vários temas que preocupavam as pessoas deste Concelho. -----

-----Mas também é óbvio, que o quadro atual influencia a capacidade de ação das assembleias municipais e não se pode esperar que um órgão que reúne ordinariamente 5 vezes por ano, consiga produzir grande trabalho ou grandes ideias para o governo do município. É certo que as assembleias municipais podem criar comissões especializadas, mas mesmo aí não é fácil produzir grandes reflexões, por falta de tempo e de disponibilidade das pessoas. Atualmente em Porto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mós, existem algumas comissões; mas é de facto um trabalho muito ténue e sem consequências visíveis para o munícipe. -----

-----Depois a discussão política na assembleia nem sempre tem sido a melhor por diversas razões. As guerras partidárias degradaram muito o discurso político e o resultado prático acabou por ser pouco ou nenhum. Neste sentido – faltou também a tradição de políticas construtivas nas assembleias, que resultassem em propostas concretas para o governo do município. E, neste contexto por vezes, os próprios executivos, resvalam para um perigo eminente ao encararem as assembleias como um apêndice, onde tudo passa por causa das maiorias políticas.-----

-----Existe ainda um grande alheamento por parte dos cidadãos, que pouco ligam às assembleias, embora possam intervir no período destinado ao público. É típico do país que temos. Fala-se, critica-se, mas a participação cívica é reduzida. Fica muito pela conversa de sofá ou de café – apesar de haver um certo descrédito na política e nos políticos que alarga ainda mais este fosso entre cidadão e as próprias instituições – sejam elas do Estado ou das Autarquias. -----

-----É óbvio que esta ligação das assembleias com o público tem que ser reforçada, talvez com a descentralização de algumas sessões ordinárias ou extraordinárias temáticas. -----

-----Mas há obviamente uma pergunta que fica no ar? Para que é que serve a assembleia municipal? Que contributo tem dado para o desenvolvimento do concelho? Que reflexão temos feito sobre isto? -----

-----Não sei o que pensam os meus caros colegas deputados sobre isto, mas eu acho que a assembleia devia trabalhar mais. Há temas como o ambiente, a segurança, a saúde, a educação, a cidadania entre outros que podiam ser tratados a nível de assembleia. Mas tratados de forma séria e profunda, não como várias discussões inócuas de triste memória a que assistimos durante este mandato – em que nada serviram para esclarecer as pessoas. Tenho esperança de que isto mude um pouco no próximo mandato da nova Assembleia Municipal que irá ser sufragada a 29 de Setembro e que a nova Mesa da Assembleia continue a fazer um trabalho digno, em nome da ética e moral republicanas, como aliás o fez e bem, esta última que cessa agora funções, sob a Presidência sempre lucida e democrática do meu querido amigo Dr. Mário Pragosa.-----

-----Resta-me despedir de todos os colegas deputados municipais – da mesa, do executivo municipal e dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesias fazendo votos de muito bom sucesso a todos tanto nível pessoal, como, familiar e profissional e também a nível político.-----

-----Disse.-----

-----Paços do Concelho de Porto de Mós, 20 de Setembro de 2013 (António José de Menezes Teixeira).-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Referindo-se à questão dos bombeiros, levantada pelo senhor Presidente da Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal disse que já era tempo de todos se sentarem e decidirem o que querem, referindo não saber de que lado está a razão.-----

-----No que se refere ao IMI, disse que valeu a pena o seu esforço, tendo havido alturas em que nem na sua bancada havia pessoas convencidas de que isso iria dar alguns frutos. Pedindo perdão pela imodéstia, disse que esta tinha sido uma batalha pessoal que só foi conseguida porque foi aprovada na Comunidade Intermunicipal. Continuou dizendo esperar que não fique na gaveta do próximo executivo municipal nem do próximo executivo intermunicipal. Referiu ainda que não se está aqui a falar de taxa de IMI, mas sim do valor patrimonial do imóvel sobre o qual incide essa taxa. Terminou dizendo que reencaminhou o e-mail para a comunidade intermunicipal pedindo que não se fique apenas pela alteração dos índices nos limites do concelho onde existem essas diferenças. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra cumprimentando todos os presentes e especialmente o senhor Presidente da Assembleia Municipal na última sessão deste mui nobre e digno órgão do município.-----

-----Começando pela intervenção de António Ferraria, disse que a questão da estrada Casal Velho/Cabeça das Pombas na freguesia de S. Bento, tal como já tinha dito há algum tempo, carecia previamente da instalação de uma rede de águas. Estes trabalhos estão a ser feitos pelo que a estrada será alcatroada posteriormente.-----

-----Referindo-se depois aos bombeiros, disse que queria felicitar publicamente o excelente trabalho que tem sido feito no concelho pelas forças de combate aos incêndios, nomeadamente os GIPS de Alcaria, GNR de Porto de Mós e Mira de Aire, Bombeiros de Porto de Mós, Mira de Aire e Juncal, e ainda os sapadores florestais. Disse ainda que queria dar um agradecimento muito especial aos muitos milhares de munícipes deste concelho que limpam os seus terrenos e que assim contribuíram para a prevenção dos incêndios.-----

-----Continuou, referindo-se aos bombeiros de Porto de Mós, dizendo que reuniu com a sua direção na sequência da carta de cujo teor foi dado conhecimento ao senhor Presidente da Assembleia, tendo aí manifestado a sua preocupação quanto a esta questão do quartel dos bombeiros, afirmando que se continuar como Presidente da Câmara continuará a dar o seu apoio na aquisição do terreno para a sua construção, não lhe competindo no entanto, indicar a sua localização. Continuou dizendo que a Câmara tem apoiado muito os Bombeiros de Porto de Mós, suportando 50% do vencimento de cinco homens, bem como concedeu uma grande ajuda financeira para a aquisição de uma viatura.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Elogiou depois a intervenção muito assertiva de António José Teixeira relativa a todos os grandes problemas que se vivem hoje em dia.-----

-----A António Pires disse, na sequência da intervenção deste, que terá de ser a Associação dos Bombeiros a decidir onde construirá o quartel.-----

-----Quanto à questão do IMI, referiu que existe aí alguma demagogia e que sobre isso se pronunciará mais à frente quando tiver lugar a discussão do ponto seguinte, dizendo a este interveniente que deveria ser aí que devia falar deste imposto.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção por parte do público presente na sala, deu-se início à ordem de trabalhos.-----

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;

-----Usando da palavra o senhor Presidente da Câmara referiu que decorre da lei que até final do mês a Assembleia Municipal fixe as taxas de IMI para o concelho, sob proposta da Câmara Municipal. Disse ainda que a taxa que a Câmara está a propor é de 0,7% para os prédios urbanos não avaliados e de 0,3% para os prédios urbanos já avaliados, nos termos do Imposto Municipal Sobre Imóveis.-----

-----Continuou depois dizendo que há uma questão sobre a qual se têm vindo a debruçar ao nível da Comunidade Intermunicipal, e que aqui não foi referida e que é concretamente o facto de o valor patrimonial dos prédios, ser o resultado da aplicação de uma fórmula bastante extensa resultante do valor base dos prédios edificados, da área bruta de construção, do coeficiente de afetação, do coeficiente de localização, do coeficiente de qualidade e conforto e do coeficiente de vetustez, ou seja da antiguidade dos prédios. Continuou depois dizendo que não faz sentido que um prédio na Avenida da República em Lisboa tenha preço por m² de construção de € 603.00 e que uns aviários devolutos e em ruínas, em Mira de Aire, também tenham o mesmo preço por m² de construção. -----

António Pereira Carvalho (PS):

-----Começou por dizer que toda a atividade económica tem sempre presente o elemento fiscal, passando a tecer algumas considerações sobre o assunto em questão.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu depois que iria optar pela proposta apresentada pela Câmara Municipal, pois que se trata da aplicação da taxa mínima. Terminou dizendo que o direito de posse, não só de casas mas de terrenos para construção, não é uma opção de quem os tem. Devido à queda de valores, as pessoas são obrigadas a mantê-los quase indefinidamente e muitas terão de vender, independentemente do valor, para pagarem os impostos.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que o IMI no caso de Porto de Mós, é um valor muito incorreto, porque a diferença entre o valor real e o valor coletável está distorcido, sendo que o valor coletável está muito acima do valor de mercado.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):**-----

-----Disse relativamente ao coeficiente de localização e ao zonamento, que deveria haver um estudo detalhado para corrigir algumas situações que são prejudiciais para os proprietários, desde logo, relativamente às ruas, que dum lado têm um coeficiente de localização e do outro lado têm outro coeficiente.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Passou a referir uma situação ocorrida no Juncal, onde uma casa que nem sequer é habitável, sofreu um aumento de IMI de dez euros para cento e dez, sendo certo que, cem metros abaixo, na mesma rua, uma casa de dois andares paga cinquenta e cinco euros de IMI, perguntando como é isto possível.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que quem rege os trabalhos desta Assembleia Municipal é o seu Presidente e que qualquer membro pode falar do assunto que quiser, não devendo ser o senhor Presidente da Câmara a dizer que não deveria falar do IMI no período de antes da ordem do dia.-----

-----Sobre a intervenção do senhor Presidente da Câmara, disse que este cometeu algumas imprecisões e que não é verdade que o preço por metro quadrado na Avenida da Liberdade em Lisboa seja de € 603.00, como aqui em Porto de Mós. Disse ainda que o preço por metro quadrado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na Nazaré, por exemplo, é de € 1507.00, sendo que são os € 603.00 vezes o coeficiente de localização que é de 2,5. Disse ainda ao senhor Presidente da Câmara que este sabe que na Calvaria de Cima, em frente da escola primária o coeficiente de localização é de 0.75 e que por detrás da mesma escola esse coeficiente é de 0.65, porque é concelho da Batalha. Acrescentou ainda que não chega só, Porto de Mós ter a taxa mais baixa, porque o mesmo imóvel tem valor diferente estando à frente ou atrás da escola da Calvaria, só porque estão em concelhos diferentes.-----

-----Continuou dizendo que concorda com Virgílio Casimiro e que neste momento o valor patrimonial dos imóveis está muito acima do valor comercial dos mesmos.-----

-----Passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo a Virgílio Casimiro que efetivamente, hoje em dia os valores patrimoniais dos imóveis estão muito acima do valor real de mercado.-----

-----Respondendo depois a Luís Monteiro sobre a delimitação das zonas referiu que a mesma é difícil de ser feita atendendo a que a construção é praticamente continua, perguntando onde é que terminaria o 1.0 e começaria o 0.9, sendo certo que o vizinho se sentiria sempre prejudicado em relação ao outro.-----

-----A Virgílio Santiago respondeu que, no exemplo que deu o imposto subiu tanto porque houve uma transação do imóvel, o que implicou uma nova avaliação.-----

-----Continuou dizendo que está previsto este ano a Câmara receber cerca de trezentos mil euros a mais mas que este dinheiro não estará disponível para investir no concelho, devendo servir para amortizar a dívida de longo prazo ou a dívida pública do Estado.-----

-----Terminando, disse dirigindo-se a António Pires, que o que pretendeu dizer foi que sua intervenção faria mais sentido neste ponto da ordem de trabalhos do que no período em que interveio. No que se refere ao preço por metro quadrado de construção, disse que o mesmo é igual em Lisboa ou em S. Bento. Quanto à referência aos valores a que fez menção, a propósito do preço por metro quadrado de construção na Nazaré, disse que esses não são os valores da construção por metro quadrado mas sim o valor final tributável.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis** – posto a votação, **tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

-----**2. Expropriação de terrenos para a zona Industrial de Porto de Mós – Pedido de declaração pública e posse administrativa – Lei 168/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 56/2008 de 4 de setembro:**-----

-----Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, o mesmo passou a referir que ao longo dos últimos oito anos têm vindo a comprar várias dezenas de terrenos para se construir a segunda e terceira fases da Zona Industrial de Porto de Mós. De todos estes terrenos existem dois cuja negociação se tem prolongado no tempo não se chegando a consenso com os proprietários em causa. Atendendo a que a Câmara Municipal tem de dar execução a um Plano de Pormenor superiormente aprovado, solicita declaração de utilidade pública e que lhe seja atribuído caráter de urgência.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**3. Correção do mapa das contas de ordem da prestação de contas do ano de 2012:**-----

-----Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara o mesmo pediu à Dr.ª Neuza Morins, Chefe da Divisão de Economia e Finanças que passasse a esclarecer o plenário, o que fez dizendo que foi detetado um pequeno erro no mapa das contas de ordem que foi para o Tribunal de Contas. Continuou dizendo que não há implicação real nas Contas e que esse valor se refere ao valor das cauções prestadas pelos empreiteiros sendo que foi a própria aplicação que duplicou um movimento, que já foi corrigido pela AIRC.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**4. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra disse que este ponto resulta da aprovação que a Assembleia Municipal fez em devido tempo e destina-se apenas a dar conhecimento dos compromissos plurianuais da Câmara Municipal.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Interveio dizendo deduzir que este ponto tem a ver com a lei dos compromissos que tanta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vez o senhor Presidente da Câmara aqui invocou, quando aqui foram reclamadas algumas obras.---

-----Terminou perguntando se o que aqui está em causa não poderia ter sido feito há algum tempo atrás que não em tempo de eleições.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder a António Pires, dizendo que este está mais uma vez confundido na sua intervenção, dizendo que o que está aqui em causa são coisas completamente diferentes e esclarecendo, disse que o que está aqui em causa são compromissos plurianuais assumidos, que nada têm a ver com a lei dos compromissos, exemplificando com o fornecimento contínuo das escolas dado que o ano letivo se reparte por dois anos civis.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 4 da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**5. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que iria prescindir de ler o documento que foi enviado a todos os deputados atempadamente.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que mantinha na íntegra o que disse atrás. Continuou depois dizendo que, sendo esta a última intervenção que fará neste mandato, nesta Assembleia Municipal, queria começar por agradecer ao Dr. Mário Pragosa a forma como desempenhou o papel na presidência deste órgão, para o qual foi eleito. Disse ainda que queria louvar o facto, apesar de todas as divergências, de durante quatro anos se ter conseguido preservar a amizade que os une. Para os que ficam, deseja que continuem a trabalhar em prol do concelho. Manifestou ainda o desejo de, no próximo mandato haver mais público a assistir às sessões da Assembleia Municipal, de forma a que os munícipes possam ter a perceção do papel que desempenha no concelho a Assembleia Municipal. Terminou desejando a todos as maiores felicidades.-----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PS):**-----

-----Começou por cumprimentar todos os presentes e continuou dizendo que enquanto membro desta Assembleia e Presidente de Junta do Juncal queria agradecer ao executivo municipal as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obras realizadas na sua freguesia fazendo um saldo positivo para este mandato. Aproveitou o ensejo para se despedir de todos os presentes garantindo que irá continuar a estar presente nesta Assembleia na qualidade de público.

António da Conceição Ferraria (CDU):

Usando da palavra disse que queria cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia pela forma como dirigiu os trabalhos desta Assembleia no presente mandato e também felicitar todos os membros desta assembleia, que apesar das diversidades ideológicas, todos defenderam o melhor possível os interesses do concelho de Porto de Mós.

António Manuel Ferreira de Almeida (PS):

Usando da palavra, disse que foi seu privilégio fazer parte desta Assembleia Municipal. Passou depois a lamentar o facto de estar a terminar este mandato sem que seja dado cumprimento ao que foi dito na assembleia de 20 de dezembro pelo senhor Presidente da Câmara, passando depois a ler o trecho da referida ata, a fls. 442: *“O senhor Presidente da Câmara continuou dizendo que é justo a atribuição do reconhecimento a Hugo Almeida pelo trabalho que tem vindo a fazer, como homem dedicado à causa, pelo que não seria descabido estender este louvor também a Hugo Almeida, sendo-lhe entregue futuramente o diploma de mérito, por dedicação ao clube”.*

Virgílio Vieira Casimiro (PSD):

Uso da palavra para se despedir de todos os presentes particularmente do senhor Presidente da Assembleia, desejando a todos êxitos para o futuro.

Vítor Louro Cordeiro (PS):

Usando da palavra passou a referir-se à intervenção de António Pires no que foi dito acerca do IMI e dos índices de localização, dizendo ser extremamente complexo saber onde fazer a delimitação.

Passou depois a agradecer a todos com quem aqui trabalhou especialmente ao senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário Pragosa.

Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra, passou a referir-se à atitude e contributo dos membros da assembleia municipal nas sessões bem como aos aspetos em que se pode melhorar. Referiu depois que, uma assembleia municipal em que se entra na discussão da ordem de trabalhos três horas depois de a mesma se ter iniciado, não poderá funcionar bem. Continuou dizendo que terão que ser arrançadas formas de os membros da Assembleia serem mais sintéticos nas intervenções que fazem. Disse ainda que gostaria que uma próxima Assembleia tivesse mais dinamismo e que os seus membros discutissem os temas de interesse para o concelho pois só assim faz sentido que a mesma exista e que não sirva apenas para dar consagração legal a assuntos que necessariamente têm de ser objeto de aprovação pela mesma.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, gostaria de dizer a António Almeida que não estava à espera da intervenção que fez, mas que a compreende. Disse ainda pensar que não houve nenhum juízo de intenções e que a entrega dos diplomas na Assembleia Municipal foi iniciativa da Câmara que assim o solicitou. No que se refere à entrega do diploma a Hugo Almeida, disse que terá havido um lapso e nada mais do que isso não havendo qualquer intenção na sua falta de entrega, lapso que, está convencido, a Câmara reparará assim que possível.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo querer agradecer as palavras que aqui foram dirigidas ao executivo, neste final de mandato e que o que é importante é que todos saiam hoje daqui com o sentimento do dever cumprido.-----

-----A António Ferraria disse, que foi um homem que esteve aqui em representação do seu partido, reconhecendo a sua coerência do princípio ao fim, em todas as suas intervenções.-----

-----A António Almeida, disse que reconhece em Hugo Almeida um atleta de grande valor para o concelho e acima de tudo um dirigente associativo que muito tem dado a este concelho e que justiça será reposta logo que houver oportunidade para isso, reconhecendo haver uma falha e pedindo as devidas desculpas por esse lapso.-----

-----Finalmente, uma palavra final para o senhor Presidente da Assembleia Municipal e para toda a Mesa que aqui se despede, referindo que este veio trazer um novo charme político a esta casa, tendo sido acima de tudo um bom líder desta Assembleia nestes quatro anos, agradecendo a sua lealdade política para consigo, enquanto Presidente da Câmara. Agradeceu ainda a todos os funcionários que por aqui passaram ao longo de quatro anos e a todos aqueles que não passando, tornaram possível a realização destas sessões.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal usando da palavra disse que não faria qualquer discurso mas que apenas queria dizer que foi para si uma grande honra ter sido Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós. Disse sair de consciência tranquila, de bem com toda a gente, tendo sempre tentado que, durante este mandato, esta fosse uma assembleia de mulheres e homens livres. Disse ainda que queria deixar uma mensagem para todos quantos aqui estão, de todos os partidos: *“Coloquem sempre Porto de Mós acima dos partidos. Porto de Mós está primeiro. Os partidos políticos não estão interessados em Porto de Mós. Os partidos políticos estão interessados nos votos dos portomosenses.”*-----

-----Continuou depois dizendo que queria ainda agradecer às funcionárias que têm vindo a dar apoio a esta Assembleia. Dirigindo-se particularmente à funcionária Maria Fernanda Pinguicha Toureiro agradeceu a colaboração prestada ao longo deste mandato dizendo que gostaria de lhe dedicar um louvor realçando que os seus serviços devem ser considerados relevantes e de muito mérito.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações: 1. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis; 2. Expropriação de terrenos para a zona Industrial de Porto de Mós – Pedido de declaração pública e posse administrativa – Lei 168/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 56/2008 de 4 de setembro; 3. Correção do mapa das contas de ordem da prestação de contas do ano de 2012; 4. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.**-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.00 do dia 20 de dezembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo-----

